

# APRESENTAÇÃO

## PRESENTATION

O presente volume da Revista de Filosofia *Veritas* reúne artigos na área de ética e filosofia política, focando particularmente teorias da democracia e problemas ético-normativos de teoria política tais como foram elaborados por autores clássicos e modernos como Aristóteles, Hobbes, Kant e Hegel, assim como as recepções e reformulações contemporâneas de pensadores tais como Arendt, Rawls, Habermas e Höffe. A coletânea de ensaios é particularmente enriquecida pela inclusão de um artigo inédito de Robert Brandom, da Universidade de Pittsburgh, um dos mais importantes filósofos analíticos da atualidade, traduzido agora ao português e celebrando destarte a recepção brasileira da leitura analítica de Hegel.

Em seu estudo sobre “A Política Deliberativa de Habermas”, Aylton Durão busca responder às sociologias desencantadas modernas, como a teoria da decisão racional e a teoria dos sistemas, na medida em que recordam os inevitáveis momentos de inércia que dificultam a deliberação racional, mostrando como Habermas concebe uma reconstrução sociológica da democracia deliberativa ao dividir a sociedade em um centro, formado pelas instituições do estado de direito, as quais tomam decisões, e uma periferia, constituída pela esfera pública onde surge a opinião pública a partir dos problemas oriundos da esfera privada e que, em condições extraordinárias, pode reverter o fluxo do poder e impor o poder comunicativo sobre as instâncias do estado de direito.

O artigo de Daniel Loewe, “Algunas estructuras argumentativas a favor de derechos culturales”, apresenta algumas estratégias recorrentes para justificar os direitos culturais, tais como comunidade justificativa, o valor da diversidade, as teorias do reconhecimento da diferença cultural, o valor da autonomia, a justificação de igualdade) e analisadas criticamente à luz de seus próprios méritos, a partir da perspectiva do liberalismo enquanto doutrina política. De acordo com o artigo, todas essas justificativas são fadadas ao fracasso.

Luiz Paulo Rouanet mostra em seu ensaio “Democracia Deliberativa: Entre Rawls e Habermas” que a democracia deliberativa consiste em uma proposta de tomada de decisões por meio de deliberação, em nossas

<i>Veritas</i>	Porto Alegre	v. 56	n. 1	jan./abr. 2011	p. 5-7
----------------	--------------	-------	------	----------------	--------

democracias atuais, como alternativa preferencial face a mecanismos de votação. O artigo pretende avaliar criticamente alguns mecanismos de democracia deliberativa, bem como levantar o estado da discussão a esse respeito e, por fim, estudar sua viabilidade em alguns países específicos, entre eles o Brasil.

Em seu artigo “O Juízo dos Súditos na República Hobbesiana”, Marcelo Villanova examina a discricção da presença inerente ao princípio de reciprocidade na formulação hobbesiana e como ela oblitera importantes dimensões na sua teoria, tais como a necessidade intrínseca de que os súditos estão instados a utilizar sua capacidade de produzir juízos. O Autor apresenta diversas circunstâncias que corroboram essa tese, o que mostra que a atividade de julgar não teria sido confiscada pelo soberano, mas, ao contrário, mostra-se necessária para o seu sistema.

O artigo de Robert Brandom analisa importantes elementos na recepção da filosofia de Hegel na atualidade. Com a finalidade de alcançar tal meta discute-se como a filosofia analítica acolhe a filosofia de Hegel. Para tanto, o Autor reconstrói a recepção da filosofia analítica em face de Hegel, notadamente a partir daqueles autores que foram centrais neste movimento de recepção e distanciamento de sua filosofia, a saber, Bertrand Russell, Frege e Wittgenstein. Outro ponto central desse texto inédito de Brandom é a sua análise do livro de Paul Redding, *Analytic Philosophy and the Return of Hegelian Thought*, em cotejo com a recepção de Hegel pela filosofia analítica. Ao final, mostra-se como é possível um diálogo produtivo dessas correntes aparentemente contrapostas.

Roberto Wu discute, em “A ontologia da phronesis”, conceitos da filosofia prática de Aristóteles e a sua apropriação por Heidegger no período dos anos 1920. Para isso, o Autor explora a interpretação heideggeriana do conceito de totalidade e sua relação com o particular, a fim de caracterizar a situação concreta como o solo hermenêutico das relações de compreensão, investigando a conexão interna dos conceitos que se referem à *praxis* em Aristóteles e destacando a importância da *phronesis* na sua retomada ontológica por Heidegger. O artigo encerra indicando as estratégias interpretativas de alguns intérpretes recentes da recepção heideggeriana de Aristóteles.

Em “Troca transcendental, justiça e direitos humanos em Otfried Höffe”, Robinson dos Santos reexamina o problema da fundamentação filosófica dos direitos humanos. O Autor indica que no pano de fundo deste debate surgem questões tais como: como se pode fundamentar ou justificar filosoficamente a exigência de reconhecimento aos direitos humanos? O Autor procura, assim, abordar de modo direto o núcleo argumentativo sobre o qual está estruturada a proposta de Höffe. Para o filósofo de Tübingen, os direitos humanos têm uma profunda relação

com a noção de justiça. O conceito de justiça, na sua concepção, deve ser entendido fundamentalmente como troca (*Gerechtigkeit als Tausch*). Embora o conceito pareça demasiado simples, ele oferece uma série de dificuldades no que se refere à sua fundamentação.

Sônia Schio revisita as teses correlatas da grande pensadora Hannah Arendt sobre o mal banal e o julgar. Segundo a Autora, quando Arendt escreveu que o “mal banal” origina-se da incapacidade do indivíduo para pensar, suscitou a questão sobre a possibilidade de situar a origem do mal na própria falta de julgamento. Ou seja, o indivíduo comete atos maus porque não averigua os dados, não os avalia. Em tal hipótese, o “mal banal” ocorre devido à ausência do “juízo reflexionante” (ou reflexivo) e da “mentalidade alargada” kantianos, resolvendo muitas das lacunas que o mal derivado do pensamento possui, como a que exige distinguir o raciocínio do pensamento.

Walter Valdevino, em seu artigo “Indivíduo multidimensional e igualdade democrática”, parte da ideia do historiador Jerrold Siegel de um *self* multidimensional, composto pelas dimensões corporal, relacional e reflectiva, para analisar a articulação dos conceitos de igualdade e liberdade na teoria do filósofo John Rawls, sugerindo uma leitura que mostra como uma anterioridade fundacional do conceito de igualdade e uma conseqüente desinflação do conceito de liberdade podem ajudar a melhor compreensão da séria questão do pluralismo nas sociedades democráticas e também do próprio papel do cidadão nas democracias.

Todos os artigos inéditos publicados nesse periódico corroboram o elevado nível de seriedade acadêmica e aprofundamento teórico que tem caracterizado as discussões em torno de problemas ético-normativos de teoria política em nosso País.

Nythamar de Oliveira  
PPG em Filosofia, PUCRS